

Título -> Entidades prepararam Encontro
nacional de Educação de jovens e
adultos

Autoria -> Informação em
rede

Ano -> 1999

22

Entidades preparam Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos

Diálogo do MEC com organizações da sociedade civil continua difícil

A abertura de perspectivas de cooperação interinstitucional para a promoção do Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos no segundo semestre de 1999 foi o resultado mais positivo da audiência concedida no último dia 5 de maio pela Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação (SEF/MEC) a representantes do Conselho de Secretários Estaduais de Educação (CONSED), da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), da Organização das Nações Unidas para Educação e Ciência (UNESCO) e do Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL). A audiência fora solicitada com o intuito de retomar a articulação das instituições que promoveram em outubro de 1998 o Encontro de Educação de Jovens e Adultos em Curitiba, encaminhando suas deliberações. O CONSED foi representado na audiência pela Vice-Presidente Raquel Teixeira e pela Secretária Executiva Marília Lindinger; o Presidente Neroaldo de Azevedo representou a UNDIME; pela UNESCO, compareceu Lúcia de Rezende; Maria Clara Di Pierro representou o CEAAL. Além da Secretária de Educação Fundamental, Iara Prado, participaram da audiência a Diretora do Departamento de Política de Educação Fundamental, Virgínia Farha, e Luiza Maria, da Coordenação de Educação de Jovens e Adultos.

O MEC se dispôs a apoiar o Encontro Nacional, sem entretanto liderá-lo, a depender do caráter, pauta e critérios de participação. Esses aspectos serão tratados em próxima reunião a realizar-se dia 23 de junho, da qual participará também uma representante da Secretaria de Educação do Paraná, que confirmou a disposição de sediar o Encontro nas instalações da Universidade do Professor (em Faxinal do Céu), reservadas para os dias 8 a 10 de setembro, para marcar o Dia Internacional da Alfabetização.

Mais que acordo, a audiência propiciou a explicitação de antigas divergências. O Ministério da Educação poderá constituir um fórum com as secretarias estaduais e municipais de educação para incrementar a cooperação entre as esferas de governo, mas não cogita reconvocar a Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos com a participação de organizações civis e representantes de movimentos sociais. Essa foi uma das convicções afirmadas pela titular da SEF, que também expressou reserva perante a Declaração de Hamburgo e a Agenda para o Futuro, resultantes da V Conferência Internacional de Educação de Adultos, pois no seu entender o Brasil dispõe de recursos limitados e deve focalizá-los na universalização do ensino fundamental de crianças e adolescentes. Iara Prado avaliou criticamente as experiências anteriores da Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos e do Encontro Nacional que antecedeu à Conferência Regional Preparatória à V CONFINTEA (Natal, 1996), pois ambos teriam se constituído em instâncias de contestação da política do governo federal para a educação de jovens e adultos. No seu entendimento, um governo eleito tem legitimidade para definir prioridades e encaminhar políticas setoriais sem submeter-se a instâncias colegiadas, que tornam-se inoperantes devido às diferenças de natureza e dinâmica das organizações civis e governamentais. A SEF entende que a responsabilidade federal na promoção da educação de jovens e adultos tem caráter subsidiário aos sistemas de ensino estaduais e municipais, sendo seu papel induzir, apoiar e fortalecer as ações dos Estados e Municípios. Assim, o MEC não pretende assumir liderança de iniciativas, preferindo colocar-se como parceiro do CONSED e da UNDIME.

Audiências públicas sobre o Plano Nacional de Educação

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados promove, desde abril, audiências públicas sobre o Plano Nacional de Educação. Conforme noticiado no *Informação em Rede* nº 7, os projetos elaborados pelo MEC e CONED (II Congresso Nacional de Educação) serão compatibilizados pelo relator, deputado Nelson Marchezan (PSDB-RS).

As audiências públicas começaram em 1998, com um debate sobre educação infantil. Em 1999, a Comissão de Educação retomou o processo, convocando representantes do governo, entidades de classe e da sociedade civil a exporem pareceres sobre as duas propostas. Já aconteceram audiências sobre política educacional, educação infantil e especial, educação fundamental, valorização do magistério, além de um seminário sobre o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). Nos últimos eventos, o CONSED sinalizou mudança de postura em relação à política federal, denunciando o descumprimento de

metas como a atualização do custo-aluno do Fundo.

Embora com pouca cobertura da imprensa, o público das audiências tem sido crescente. Visando ampliar o processo de consulta, a liderança do PT na Câmara propõe levar as audiências para as Assembléias Legislativas dos Estados. Próximas audiências públicas do PNE:

26 e 27/05/99 - Educação Média e Tecnológica

02 e 09/06/99 - Educação Superior e Autonomia

16/06/99 - Financiamento da Educação

23/06/99 - Educação de Jovens e Adultos, Educação à Distância e Educação Indígena

30/06/99 - Educação, desenvolvimento, justiça social e distribuição de renda

01/07/99 - Palavra do Ministro da Educação

O debate sobre a educação de jovens e adultos contará com a presença do MEC, do CONSED e de pesquisadores da UFRGS, PUC-SP e UnB.

Informações: Comissão de Educação da Câmara: tel.(061)318-6900, com Carla Medeiros ou pelo site <http://www.camara.gov.br>

EDITORIAL

Testando o financiamento federal para a EJA

Olha o supletivo aí, gente! Essa é a manchete de matéria publicada no boletim do Programa Alfabetização Solidária n. 7. A notícia relata a estratégia do MEC para capacitar tecnicamente os municípios envolvidos no Programa para apresentar projetos ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação visando assegurar a continuidade de estudos dos alfabetizandos. O que as autoridades do MEC não explicam é de onde os prefeitos desses municípios paupérrimos vão tirar recursos para instalar as salas de aula e contratar os professores para manter os programas de ensino supletivo, se a regulamentação dos FUNDEF sequer lhes permite computar as matrículas para efeito do cálculo das transferências intergovernamentais, das quais são altamente dependentes. É preciso recordar que o FNDE só financia capacitação de professores e aquisição de materiais pedagógicos, quando o pagamento de pessoal é o principal item de custo do ensino.

Diante desse quadro, alguns dirão que é puro voluntarismo, mas ainda assim parece pertinente a idéia lançada pelo Fórum do Rio de Janeiro: *vamos inundar o FNDE de projetos para a educação de jovens e adultos*. Afinal, é preciso utilizar de modo

mais eficiente os escassos recursos federais orçados este ano pelo Congresso para tal fim (R\$ 37 milhões), já que entre 1995 e 1998 os recursos conveniados pelo FNDE não superaram 75% dos valores orçados. Ao mesmo tempo, é preciso investigar as causas do baixo nível de conveniamento, já que o próprio MEC informa que a demanda por recursos superou em muito os valores orçados e conveniados.

Em 1999, será necessário transpor as novas dificuldades geradas pela extinção das Delegacias do MEC nos Estados, que cumpriam a função de orientar tecnicamente a elaboração dos projetos para captação de recursos junto ao FNDE. Correm rumores de que intermediários privados pouco escrupulosos estão negociando assessoria à elaboração de projetos em troca de futuros contratos de fornecimento de serviços. Para que essas práticas anti-éticas não prosperem, é preciso que não só o MEC, mas também o CONSED, a UNDIME, Universidades, ONGs e fóruns estaduais de educação de jovens e adultos apoiem os municípios a elevar sua capacidade técnica. E o tempo urge: o prazo para apresentação dos projetos se esgota no final do semestre.

Seminários avaliam a década de Educação para Todos

O I Seminário Nacional sobre Educação para Todos será realizado em Brasília dias 10 e 11 de junho, com o objetivo de colher subsídios para a avaliação do desempenho da educação brasileira nos anos posteriores à Conferência Mundial de Jomtien (Tailândia, 1990). O evento é organizado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), que representa o MEC na coordenação do Grupo Nacional de Avaliação. O relatório que o Brasil enviará à UNESCO com vistas à Conferência Mundial "Jomtien, 10 Anos Depois" (em abril do ano 2.000) está sendo preparado pelo INEP e CENPEC (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), que vem realizando entrevistas para colher opiniões de representantes da sociedade civil.

No último trimestre de 1999, a cidade do Recife (PE) sediará o Fórum avaliativo dos 9 países populosos com maiores déficits educacionais - Brasil, México, Indonésia, Índia, Paquistão, Bangladesh, China, Nigéria e Egito - e que foram priorizados pelos organismos multilaterais nos seus esforços em prol da educação para todos.

Alfabetização Solidária chega ao Rio e São Paulo

Além de atender aos municípios mais pobres do Norte e Nordeste, o Programa Alfabetização Solidária iniciará em julho projeto piloto para alfabetizar 10.000 jovens e adultos da periferia dos dois maiores centros urbanos do Brasil. Segundo o Programa, a intervenção justifica-se devido ao elevado número absoluto de analfabetos nestes centros. Durante este semestre, a coordenação discutirá com os professores das universidades parceiras (14 cariocas e 34 paulistas) o modelo de atuação, que inclui a presença de um animador cultural, a participação de ONGs e grupos voluntários, além da "adoção" de alunos por pessoas físicas, que contribuiriam com R\$ 17,00 por mês durante um semestre (duração do módulo do Programa).

Cabe perguntar por que, ao invés de apoiar ou induzir as duas maiores redes públicas de ensino do país a ampliar a educação de jovens e adultos, o governo federal prefere insistir em ações compensatórias paralelas ao sistema.

Ministério responde carta da RAAAB

O MEC respondeu à carta aberta da RAAAB ao Ministro Paulo Renato Souza (publicada no *Informação em Rede* 15), que solicitava o encaminhamento das deliberações do Encontro Nacional preparatório à Reunião dos países do Mercosul e Chile de continuidade da V CONFITEA (Curitiba, outubro de 1998). O ofício do MEC anexa a redação final do documento brasileiro produzido ao final do Encontro (até então inédito), a relatoria da Reunião Subregional (Montevidéu, 1998) e cópia da intervenção da Secretária de Educação Fundamental na Conferência Regional Preparatória à V CONFITEA (Brasília, 1997). Sobre as recomendações de Curitiba, não houve resposta.



RADAR

✓ O primeiro Fórum internacional de continuidade da V CONFITEA (Conferência Internacional de Educação de Adultos) deve realizar-se entre setembro e outubro de 1999 em Manila, Filipinas. A organização está a cargo do UNESCO Institute for Education de Hamburgo, que ainda não divulgou pauta ou critérios de participação.

✓ Quarenta representantes de organizações não governamentais da América Latina, Ásia, África, Pacífico e Europa reuniram-se no final de abril em Montevidéu para monitorar os compromissos relativos à educação de mulheres adultas assumidos pelos governos nas Conferências Internacionais de Beijing, Copenhague e Hamburgo. O Seminário foi uma iniciativa conjunta GEO/ICAE (Gender Education Office of International Council of Adult Education) e REPEM (Red de Educación Popular entre Mujeres de América Latina y Caribe). O balanço dos indicadores sobre justiça de gênero na educação das mulheres em cinco países latino-americanos (Bolívia, Brasil, Chile, México e Uruguai) foi publicado em inglês e espanhol, devendo sair em português no volume 3 do *Observatório da Cidadania*.

✓ O Comitê Diretivo do CEAAL (Conselho de Educação de Adultos da América Latina) reúne-se de 2 a 5 de junho em Manágua, Nicarágua. O Brasil estará representado pelas coordenadoras regional (Maria Clara Di Pierro, de Ação Educativa) e da REPEM (Hildézia Medeiros, do CACES-RJ). Mais informações: <http://www.ceaal.org>.

Alagoas encara o analfabetismo

Com a maior taxa de analfabetismo do Brasil - 36,6% - e mais da metade da população jovem e adulta com escolaridade inferior a quatro anos de estudos, Alagoas vinha sendo um mau exemplo de ensino público. Com a responsabilidade de reverter este quadro, a Secretaria de Educação conferiu prioridade à educação de jovens e adultos e está finalizando um plano com metas de curto, médio e longo prazos, a começar pela ampliação das vagas na rede estadual. Hoje, há dez mil alunos cursando o primeiro segmento do ensino fundamental nos Centros de Educação Integrada (CEIs). A chamada escolar apurou uma demanda adicional de 18.000 pessoas, cujo atendimento requer contratação de monitores, já que o governo anterior enfrentou o crônico atraso de salários com um plano de demissões voluntárias. É necessário combater a evasão e o fracasso escolar, que chegam a 60% das matrículas, e diminuir os índices de reprovação nos exames supletivos, aos quais submetem-se semestralmente seis mil candidatos. Para isso, estão em projeto a formação continuada em serviço dos professores e uma reestruturação curricular.

No segundo segmento do ensino fundamental,

a rede estadual tem 6.000 cursistas do Telecurso 2000 e dois Centros de Estudos Supletivos (CES), em Maceió e Palmeira dos Índios, em sistema modular. A intenção é ampliar o número e as vagas nos CES, dotando-os de alternativas de ensino profissionalizante. A Secretaria tenciona ainda reorientar a habilitação ao magistério de professores leigos, que até agora é realizada em um supletivo à distância com uma aula semanal aos sábados e material didático do Telecurso 2000.

Prevê-se para próximo ano o início de atividades do Movimento de Alfabetização (MOVA) e de programas de educação de adolescentes e jovens de rua em parceria com organizações não governamentais e comunitárias. Outras iniciativas planejadas destinam-se à alfabetização de servidores públicos, trabalhadores sem terra e sem teto, ampliação da educação em presídios e reestruturação do Programa de Alfabetização dos Trabalhadores do Polígono das Secas, desenvolvido com apoio da SUDENE.

Contatos: Departamento de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Estadual de Educação de Alagoas - Fone (082) 221-4040, com Idabel ou Ana Célia.



LEIA

Por uma educação não discriminatória de jovens e adultos. Rio de Janeiro : REDEH; CACES; CEDIM; Brasília : SEF/MEC, 1999.

Conjunto de livros, fitas de vídeo e áudio para abordagem de conteúdos de cidadania, gênero e etnia no ensino de Língua Portuguesa, Matemática e Estudos da Sociedade e da Natureza.

Apoio financeiro à educação de jovens e adultos : relatório 95/98. Brasília, SEF/MEC.

Informe sobre a ação federal que reúne dados de atendimento, perfil dos educadores, transferências federais aos Estados, Municípios e ONGs para atividades de ensino com jovens e adultos. Traz dados sobre o Programa Alfabetização Solidária.

Ambas publicações podem ser solicitadas à COEJA/SEF/MEC, fone (061) 410-8316.



ANOTE

17-18 de junho – II Encontro Regional de Educação de Adultos, Campus III da Universidade Estadual da Bahia, em Juazeiro (BA). Informações: e-mail: pinzoh@zipmail.com.br, com Josemar Martins.

7 de julho – Prazo máximo de inscrição nos cursos de Ação Educativa, que serão realizados de 26 a 30 de julho. Informações: (011) 825-5544, ramal 239.

9-11 de julho – Seminário Paulista de Educação de Jovens e Adultos, na Faculdade de Educação da USP. Informações: (011) 825-7126.

20-23 de julho – IV Encontro de EJA no 12º Congresso de Leitura do Brasil, Campinas (SP). Telefax: (019) 289-4166.

Informação em Rede é uma publicação de **Ação Educativa** – Assessoria, Pesquisa e Informação. Av. Higienópolis, 901 CEP 01238-001 São Paulo-SP Brasil - Tel: (011) 825-5544 Fax: (011) 3666-1082 E-mail: acaoeduca@originet.com.br - Home page: <http://www.acaoeducativa.org>